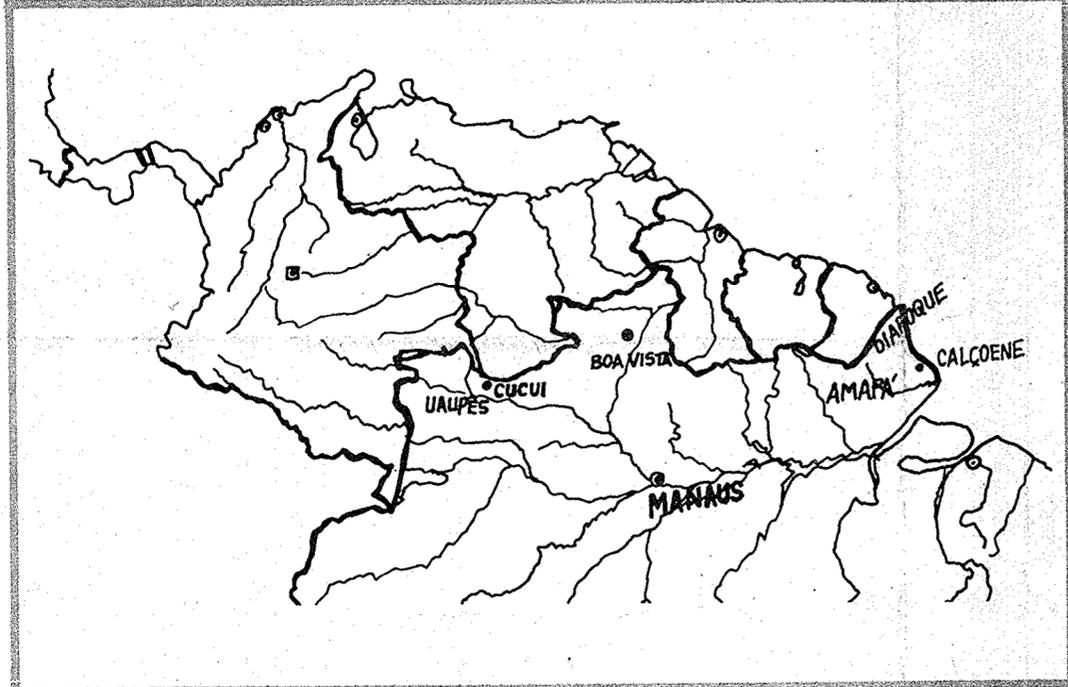


# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília* Class.: 10  
Data: 2 de Novembro de 1986 Pg.: 7

## Calha Norte preocupa países vizinhos



Nos seis mil quilômetros de fronteira norte, o projeto vai instalar seis pelotões militares com 40 homens cada um

### Projeto tem 2 eixos de ação

O Projeto Calha Norte, criticado pela Igreja porque afeta diretamente as quatro últimas nações indígenas (Makuxi-Wapixana, Yanomami, Tikuna e Tukuna) e pelos governos dos países limítrofes, preocupados com a concentração militar na área de fronteira, tem como base dois eixos de ação: internamente, reafirmando a presença institucional brasileira numa área de baixa densidade demográfica e, externamente, no esforço do governo em intensificar as relações bilaterais, citadas com frequência nos discursos do presidente Sarney aos parceiros do continente.

Para isso, dois ministérios terão reforço orçamentário e para eles estão reservadas as maiores responsabilidades do Calha Norte. O Ministério do Interior, encarregado de atendimento às populações indígenas, através da Funai, com 10 milhões de cruzados para o ano de 86 e o Itamarati, com dois milhões de cruzados. Caberá ao Ministério do Exército a maior fatia dos recursos, com Cr\$ 44.861.000,00, para a transferência dos órgãos executores do projeto, entre eles, os batalhões de Engenharia e Construção, responsáveis pela abertura e melhoria das estradas que vão ligar os núcleos habitacionais que surgirão em torno dos pelotões de fronteira.

A filosofia do projeto parte do princípio que a região correspondente a 14 por cento do território nacional e 24 por cento da Amazônia Legal, é uma área praticamente inexplorada, delimitada por uma extensa fronteira "praticamente habitada por índios". Esse fato preocupa a secretaria do Conselho de Segurança Nacional, por entender que a área apresenta "possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos (região do Essequibo) aliada à presente conjuntura no Caribe". Essa realidade, de acordo com a exposição de motivos encaminhada ao presidente Sarney, em junho do ano passado, pelo secretário-

geral do CSN, general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e autor do projeto, "podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte norte da América do Sul".

**Estratégia**  
Diante disso, o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado da elaboração do projeto (Planejamento, Gabinete Militar, Relações Exteriores e Interior), traçou uma estratégia que envolve ações imediatas na fronteira, através de projetos especiais,

selecionando a seguinte região: 900 quilômetros da fronteira com a Venezuela, onde vivem os índios Yanomami. Nessa região, de acordo com o projeto, destacam-se as seguintes áreas: Surucucui (área de maior concentração indígena, com três mil indivíduos), Auaris e Ericó. A questão Yanomami preocupa a secretaria do Conselho de Segurança porque, afirma o documento do grupo de trabalho, "há bastante tempo observam-se pressões, tanto nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir — às custas do atual território

brasileiro e venezuelano — um Estado Yanomami".

As demais áreas são o Alto Rio Negro, no Amazonas, fronteira com Venezuela e Colômbia, área de Roraima, na fronteira com a Venezuela e Guiana, que preocupa pelo potencial de conflito internacional pela disputa da região do Essequibo, o alto Solimões, também na fronteira com a Colômbia e área do Tumucumaque, fronteira com a Guiana Francesa.

Todas essas áreas são prioritárias no projeto, que envolve também o atendimento às populações interioranas e ribeirinhas, numa segunda fase, através do Plano de Desenvolvimento da Amazônia. As quatro áreas merecerão os projetos especiais que têm como objetivo, num sentido mais amplo, "o incremento das relações bilaterais". Esses projetos têm como justificativa, as "ameaças à Segurança Nacional, pondo em risco a integridade do patrimônio nacional, com reflexos na própria soberania". Com isso, entre os projetos especiais, destacam-se no plano interno, assistência à população local, integração dos índios à sociedade nacional, inibição do trânsito de estrangeiros, inibição do tráfico de drogas e evasão de riquezas.

No plano externo, o Calha Norte vai desenvolver, em princípio, consulados brasileiros na região de fronteira, tomando como experiência a região sul, cujo fortalecimento dos consulados propiciou as facilidades de negociação política e econômica. No plano externo, atenção especial para o Tratado de Cooperação Amazônica, que nasceu sob iniciativa brasileira, em 1978. Esse Tratado, que interessa particularmente o Brasil ao ponto do governo pretender assumir a secretaria geral, será o principal eixo de ação para incrementar o comércio bilateral e facilitar o equilíbrio das relações com a República Cooperativista da Guiana. "No mesmo patamar do atual relacionamento Brasil-Suriname". Além disso, o Calha Norte pretende reforçar a cooperação internacional no combate ao tráfico de drogas.

### Os inspiradores da idéia

A sugestão para colocar pelotões do Exército nas áreas indígenas foi feita por pessoas que defendem os índios. Entre elas, Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão de Criação do Parque Yanomami, e o senador Severo Gomes, autor do projeto 379 de 1985, que tramita no Senado e propõe a criação do Parque Indígena. Ambos pretendiam evitar a invasão das áreas indígenas por garimpeiros e aventureiros de modo geral.

Cláudia Andujar, entretanto, embora reconheça que fez a sugestão ao general Bayma Denys, agora está preocupada com as consequências do Calha Norte. "Nossa preocupação agora — afirmou ontem Cláudia, — é com esses núcleos habitacionais. Eles vão atrair milhares de pessoas que fatalmente, usando as estradas previstas no Calha Norte, terminam por invadir a área dos yanomami". Apesar disso, ela admite que é melhor a presença do Exército, que de certa forma inibe a migração desordenada, do que os garimpeiros e empresas de mineração que ameaçam invadir a terra habitada pelos yanomami, na fronteira com a Venezuela. Sua proposta foi informal e o general Denys credita à Cláudia o título de "inspiradora indireta" do



Senador Severo Gomes

Já a proposta formal foi apresentada pelo senador Severo Gomes. No seu projeto de lei propondo a criação do Parque Yanomami, o senador assim justifica sua proposta: "A área yanomami, estando em faixa de fronteira e com crescente potencial de tensão, para sua maior segurança do território e para evitar a possibilidade de conflito social ou interétnico, necessita de controle que poderá ser exercido pelo Exército nacional". O projeto visa criar um Parque em área contínua com nove milhões de hectares. Com isso, o Calha Norte tem respaldo legal.

### Memélia Moreira

Os cinco países da fronteira norte do Brasil (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) já manifestaram preocupação com o projeto Calha Norte, que prevê a instalação de pelotões de fronteira entre o Oiapoque, no Amapá, e o oeste do Amazonas, na região conhecida por "Cabeça de Cachorro". Essa preocupação atravessou o oceano e, até a França, que mantém sua província ultra-marina na América do Sul (Guiana Francesa), quer conhecer as reais intenções do governo brasileiro com a implantação do projeto Calha Norte.

Esses países ainda guardam desconfiança das possíveis intenções expansionistas brasileiras, manifestadas durante os governos do ciclo militar e, principalmente, com o mais recente episódio envolvendo as fronteiras e o deslocamento de tropas militares do sudeste para o sul, nas proximidades da fronteira com a Argentina; que mereceu um protesto do presidente Raúl Alfonsín diretamente ao presidente José Sarney. O fato ocorreu há pouco mais de seis meses e, na ocasião, o governo brasileiro argumentou necessidade de reforçar sua região fronteira.

A desconfiança é a tônica que rege as relações com os países limítrofes. Antes

mesmo de ser quebrado o sigilo sobre o projeto Calha Norte, o governo francês determinou a paralisação de uma estrada ligando Caienne, capital da Guiana Francesa a Saint-George, próxima à fronteira com o Amapá. A preocupação dos franceses, a longo prazo, se refere à intensa migração de mão-de-obra desqualificada do Brasil, que procura trabalho na província francesa.

A continuar o mesmo fluxo, que seria facilitado mais ainda com a construção da estrada, em poucos anos o Brasil manteria um enclave em terras francesas. Essa possibilidade tira o sono do Quai D'Orsay, em Paris, e o governo do presidente François Mitterrand quer evitar o máximo a entrada indiscriminada dos migrantes brasileiros que vão em busca de melhores salários do outro lado do Oiapoque, onde é fácil alugar um "voadeira" (barco a motor) e atravessar o rio.

Os demais países, entre eles Colômbia e Venezuela, não se preocupam com a migração, mas sim com a concentração militar em toda a fronteira norte. Além disso, com a abertura de estradas, previstas no Calha Norte, alarmam-se com a possibilidade de crescimento do contrabando de ouro. Esse contrabando preocupa também o Brasil e o Itamarati já começa a delinear um projeto para reduzir a evasão de minérios. Os protestos começam a aparecer.

### Plano afeta relações com Estado

A implantação do projeto Calha Norte começa a criar problemas no relacionamento da Igreja com a Nova República. É a comissão de alto nível, proposta pelo presidente Sarney ao presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, para acompanhar os projetos do governo nas áreas indígenas se inviabiliza. A CNBB já vinha percebendo o desinteresse do governo em nomear os representantes oficiais da comissão e os três bispos que representam a Igreja nesse trabalho (Dom Erwin Kratler, Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom José Martins), ainda não conseguiram se reunir nenhuma vez com os representantes do governo, embora a comissão tenha sido criada em setembro.



D. Ivo já notava desinteresse do Governo

Além de ter criticado o projeto, embora reconheça que a Calha Norte foi elaborado de forma inteligente, sem brechas para provocar desconfianças, a Igreja guarda recordações de experiências semelhantes na fronteira oeste brasileira, quando foram criadas unidades do Exército que atraíram os índios e, consequentemente, reduziram seus territórios. Os missionários não têm dúvidas de que o Calha Norte tem a mesma intenção: reduzir as áreas indígenas com o argumento de que estão sendo abertas novas perspectivas de desenvolvimento para os índios.

O projeto é também considerado como mais fatal para os índios do que o desenvolvimentismo do governo Médici. E, entre as razões apontadas pela Igreja, há o fato de que a popularidade do

presidente Sarney permite-lhe ir além do que foi o presidente Médici em seus projetos de ocupação das áreas indígenas. Com isso, a Igreja, através do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) retome sua postura de crítica ao governo, restando-lhe o acompanhamento do Calha Norte para que os prejuízos não sejam irreparáveis e, principalmente, despertar a opinião pública nacional e internacional contra, no entendimento da Igreja, a nova ameaça contra os índios. O mesmo comportamento praticado pelos missionários no período Médici, quando a abertura de estradas nas áreas indígenas foi o ponto de estrangulamento entre Igreja/Estado.

### Alternativa à Reforma Agrária

A história antiga do Calha Norte vem dos tempos de Médici, quando o Governo brasileiro alimentava o sonho de ocupar a Amazônia, partindo da frase "Terra sem homens para homens sem ra", destinada aos nordestinos expulsos dos latifúndios. Mas a história recente tem apenas 20 meses. Ela começou com a invasão da serra das Surucucuis, em Roraima, habitada pelos yanomami, por um grupo de garimpeiros armados sob o comando do empresário José Altino Machado.

Em março, Cláudia Andujar pede apoio do então ministro da Justiça, Fernando Lyra, para colocar agentes da Polícia Federal na terra yanomami, defendendo os índios contra os

garimpeiros. Em maio, acompanhada pela antropóloga Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília e o deputado Márcio Santilli (PMDB-SP), Cláudia conversa com o general Denys e pede a presença do Exército, sempre para proteger os índios. Em junho, o general elabora a exposição de motivos do Calha Norte.

Nas vésperas da aprovação do plano nacional de Reforma Agrária, o projeto Calha Norte chega às mãos do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que denuncia para o Jornal de Brasília manobras contra a Reforma Agrária, afirmando que o Calha Norte era a alternativa de Reforma Agrária do Conselho de Segurança.

### Uma capital do índio e do ouro

Boa Vista, capital do Território de Roraima, é também a capital do projeto Calha Norte. É naquela região que se concentram os maiores contingentes indígenas. A cidade nasceu sob o signo do aventureirismo, com garimpeiros em busca de diamantes e ouro, no final do século passado. A primeira família de não-índios a se instalar na região foi a família Brasil, seguindo-se à Cruz que alimentaram uma rixa de um século.

Habitada por índios e mestiços, Boa Vista atraiu também os rebeldes fugitivos da independência da Guiana, há pouco mais de 30 anos. O intercâmbio da região se faz muito mais com a Venezuela e a Guiana do que com Manaus e o resto do Brasil. Até 1955, o trigo era importado da Inglaterra, via Guiana e as consultas médicas das famílias mais abastadas eram feitas em Miami, nos Estados Unidos.

Servida por vãos diários das empresas Varig e Vasp, Boa Vista se lo-

caliza numa região de savana, rodeada de montanhas. O clima é seco entre outubro e março e úmido no restante dos meses. Além disso, seus campos se transformaram em pastos naturais dos rebanhos bovinos de fazendeiros que começam a chegar à região.

A população local não admite sua ascendência indígena e os políticos de todos os partidos, do PMDB ao PDS malufista (há dois) se unem contra qualquer decisão do governo em favor dos índios. E os índios, principalmente makuxis, se envergonham de sua identidade.

Rica em ouro, diamantes, tungstênio, cassiterita e urânio, a região de Roraima ainda não conhece grandes conflitos sociais, a não ser contra os índios, sintetizados numa frase do ex-governador, coronel Fernando Ramos Pereira: «Na minha opinião, uma terra rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de índios».

### Incrapode ouvir pedido de sem-terra

Porto Alegre — "Os afogados", colonos gaúchos desalojados pela construção da barragem de Passo Real, que há 15 anos aguardam pelo reassentamento, poderão ter seu problema finalmente resolvido na próxima quinta-feira. Para este dia, a superintendente regional do Inbra, Rejane Brasil Filippi, prometeu dar uma resposta à proposta de solução que eles fizeram em reunião realizada no município de Salto do Jacuí.

A própria Rejane, ao final do encontro, afirmou que a proposta tem grandes possibilidades de ser aprovada pelo Inbra. Os colonos saíram da reunião com a certeza de que isto acontecerá, porque acham que o Inbra não tem outra saída: ou aceita ou eles voltam à posição inicial de exigir toda a fazenda Annoni para seu reassentamento, não concordando em dividi-la com as famílias de colonos lá acampadas.

A proposta beneficia 127 das 242 famílias. E consiste na seguinte distribuição de terras: 30 famílias permanecerão no acampamento de "afogados" mantido em Capão Bonito; 40 serão reassentadas na fazenda Bela Vista.

### Invasão foi incentivada pela Funai, afirma Cimi

Trazidos de áreas indígenas do Paraná pela Funai, indígenas e funcionários do órgão promoveram, na madrugada de ontem, violenta ação de invasão do Toldo Chimbangue, em Chapecó, oeste de Santa Catarina.

A ação iniciou-se pela casa do capitão Angelin, que foi invadida, sendo o capitão sequestrado pelos índios invasores e funcionários da Funai. Em seguida, dirigiram-se a outras casas, chegando em grupo, armados de revólveres, espingardas, facões e foices e atirando, ferindo diversos índios.

O alerta foi dado ainda de manhã pelo kaingang Romildo Veiga Koi, que, apesar de dois balaios na perna, chegou a uma estrada onde, com outro kaingang, conseguiram transporte para Chapecó.

O motivo da invasão é a posição manifesta dos kaingang do Chimbangue de não permitir a instalação do posto da Funai na sua área indígena, recentemente reconquistada. A Funai, não conseguindo dissuadir os kaingang do Chimbangue de sua posição, apesar

de tentar aliciá-los com recursos financeiros, tentou em desespero usar de pressão através de índios funcionários, que se apresentaram no Chimbangue com alegação de constituírem um conselho indígena com poder de intervir em outras áreas. Liderados pelo índio Pedro Cornelio Segseg, funcionário da Funai em Guarapuava, no Paraná, e pelos funcionários da superintendência da Funai em Curitiba, Nilo Moraes e Luis Bavareco, os índios do Paraná não conseguiram convencer a comunidade do Chimbangue a aceitar sua intervenção, quando então iniciaram os preparativos da ação armada.

**Representação**  
Na sexta-feira, indígenas Kaingang de Nonoai procuraram as autoridades indígenas do Toldo Chimbangue, para denunciar o plano em andamento e o envolvimento de funcionários da Funai. No mesmo dia, a procuradoria da República, em Brasília, era informada, através de advogado da comunidade, que, no mesmo dia,

protocolara ao procurador Sepúlveda Pertence, uma representação dos kaingang do Chimbangue contra a ação da Funai na área.

Ainda na sexta-feira, o Cimi, órgão ligado à Igreja Católica, denunciou a presidência da Funai, por telex, pedindo imediatas providências, assim como ao superintendente do órgão em Curitiba. Todas as precauções foram inúteis, uma vez que em carros da Funai os indígenas foram transportados ontem de madrugada ao Toldo Chimbangue.

A situação permaneceu indefinida, uma vez que a Funai alega desconhecimento do fato, muito embora tenha alojado os indígenas em suas dependências em Chapecó, e os veículos usados por eles sejam de propriedade do órgão federal. Além disso o Chimbangue está a apenas 15 km da delegacia regional da Funai em Chapecó.

Ainda ontem a procuradoria da República tentava a intervenção da Polícia Federal para a retirada dos índios e resgate do sequestrado.

**POR CEILÂNDIA, E POR VOCÊ**  
**MARIA PEL DE LOURDES**  
DEPUTADA FEDERAL - 2566  
**PARA SENADOR BENEDITO DOMINGOS - 252**